

## Comissão da ONU pede ação coletiva pelo fim da ocupação israelense nos territórios palestinos

Entidade independente de inquérito convoca todos os Estados a agirem pela autodeterminação do povo palestino na sequência de opinião da Corte Internacional de Justiça e resolução da Assembleia Geral sobre ilegalidade da presença israelense; ataque em escola no norte de Gaza deixa mais vítimas civis; sul sofre com superlotação.

Todos os Estados e organizações internacionais, incluindo as Nações Unidas, têm obrigações sob o direito internacional de pôr fim à presença ilegal de Israel no Território Palestino Ocupado, de acordo com especialistas independentes.

O posicionamento legal foi apresentado nesta sexta-feira, em Genebra, pela Comissão Internacional Independente de Inquérito da ONU sobre o Território Palestino Ocupado.

### **Causa raiz dos ciclos de violência**

O documento expõe como a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança podem identificar e implementar as modalidades e ações necessárias para que a ocupação termine, o mais rápido possível.

A presidente da Comissão, Navi Pillay, disse que o órgão sempre afirmou que “a causa raiz do conflito prolongado e dos ciclos de violência é a ocupação”.

O documento estabelece as obrigações de Israel, que incluem aplicar um plano de ação para desfazer os assentamentos e evacuar todos os ocupantes do território ocupado. Israel “deve ainda devolver terras, títulos e recursos naturais aos palestinos deslocados e revogar as leis e políticas restritivas e discriminatórias”.

### **Autodeterminação do povo palestino**

Além disso, Navi Pillay enfatiza que “todos os Estados são obrigados a não reconhecer reivindicações territoriais ou de soberania feitas por Israel sobre os territórios ocupados”. Isso significa inclusive não reconhecer Jerusalém como a capital de Israel ou colocar representantes diplomáticos na cidade.

## Comissão da ONU pede ação coletiva pelo fim da ocupação israelense nos territórios palestinos

A comissão afirma ainda que as nações não devem prestar ajuda ou assistência na manutenção da ocupação ilegal na forma de apoio financeiro, militar e político. Pillay pediu que todos os Estados atuem em colaboração pela autodeterminação do povo palestino.

A ilegalidade da ocupação foi definida em opinião consultiva da Corte Internacional de Justiça, CIJ, emitida em 19 de julho, e reforçada por uma resolução da Assembleia Geral aprovada em 18 de setembro de 2024.



UNRWA

Um ataque aéreo no pátio do hospital Al Aqsa, em Gaza, onde pessoas procuravam abrigo

### **Mais um abrigo atacado**

Enquanto isso em Gaza, ataques israelenses seguem deixando vítimas civis. Outra escola da Agência da ONU de Assistência aos Refugiados Palestinos, Unrwa, foi bombardeada nesta sexta-feira.

O episódio ocorreu no norte de Gaza, no campo de refugiados de Jabalia. Dezenas de pessoas foram mortas, entre elas muitas crianças que estavam abrigadas no prédio.

O comissário-geral da Unrwa disse que este é o terceiro ataque deste tipo às instalações da

## Comissão da ONU pede ação coletiva pelo fim da ocupação israelense nos territórios palestinos

agência só esta semana. Philippe Lazzarini afirmou que a população de Gaza continua se sentindo “presa, faminta e doente, muitas vezes sob bombardeios pesados”.

O chefe da Unrwa disse que mais membros da equipe foram mortos nos últimos dias, elevando o número total para 231. Ele disse que é “hora de vontade política e coragem para acabar com esta guerra brutal”.

### **“Ironia sombria”**

Falando a jornalistas em Genebra, o porta-voz do Fundos das Nações Unidas para a Infância, Unicef, descreveu o sul da Faixa de Gaza como superlotado e carente de água, saneamento e abrigo.

James Elder explicou que al-Mawasi, para onde os palestinos são frequentemente instruídos a se mudar, representa cerca de 3% de Gaza em termos de massa terrestre.

O local tinha uma população de 9 mil habitantes antes da guerra. Agora tem cerca de 730 mil. Ele afirmou que “se al-Mawasi fosse uma cidade, seria a cidade mais densamente povoada do mundo”. Segundo Elder, o local não tem infraestrutura nem capacidade para hospedar uma população desse tamanho.

O representante do Unicef disse que “talvez a ironia mais sombria em mais uma vez deslocar famílias à força para essas chamadas zonas humanitárias seja que, além da falta de comida, água e remédios, elas também foram bombardeadas”.

Segundo ele, Al-Mawasi teve vários eventos com vítimas em massa e os ataques às escolas tornaram-se “inimagináveis em sua frequência”.

Apesar das dificuldades, o Unicef construiu milhares de banheiros, deu assistência em dinheiro a 1 milhão de pessoas e mais de 300 mil crianças se beneficiaram de serviços de nutrição. Outras 117 mil crianças menores de cinco anos receberam biscoitos de alta energia e suplementos nutricionais.